



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0830/12	DATA: 12/06/2012
INÍCIO: 15h13min	TÉRMINO: 16h48min	DURAÇÃO: 01h35min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h35min	PÁGINAS: 34	QUARTOS: 19

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

KARINA FIGUEIREDO – Secretária-Executiva do Comitê de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

SUMÁRIO: Audiência pública com a convidada.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos declarar aberta a presente reunião de audiência pública.

Nós distribuimos as atas preliminarmente a todos os Deputados membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que são as atas das 8ª e 9ª Reuniões. Gostaria de saber se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu peço dispensa da leitura, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dispensada a leitura das atas, a pedido do Deputado Jean Wyllys.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, passemos à votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas das 8ª e 9ª Reuniões desta Comissão.

Eu gostaria de comunicar que o Deputado Luiz Pitiman deixou de integrar esta Comissão por estar em dificuldade para conciliar os trabalhos com a CPI que está em curso no Senado, CPI que investiga Operação Monte Carlo e que o cargo de 1º Vice-Presidente, portanto, encontra-se vago. Tão logo seja conveniente, estaremos fazendo uma nova eleição.

Eu informo que o Deputado Deley também deixou de integrar esta Comissão, em virtude da reassunção do titular do cargo, e que a nossa convidada Miriam Maria José dos Santos, que é Presidenta do CONANDA, não vai poder participar desta audiência e solicitou uma nova agenda.

Também informo que a Deputada Teresa Surita justificou a sua ausência nas últimas duas reuniões.

Nós vamos, então, passar para a seguinte ordem do dia. Vamos chamar a Sra. Karina Figueiredo, que é Secretária-Executiva do Comitê de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Esta reunião com a Sra. Karina está acontecendo em decorrência do Requerimento nº 56, de minha autoria. Em seguida, nós iremos fazer a apreciação dos requerimentos — temos vários requerimentos em pauta. E faremos a apreciação desses requerimentos no momento seguinte.

Vamos começar, então, com a nossa audiência pública, chamando a nossa Relatora, Deputada Líliam Sá, para que possa também compor a Mesa.



A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Eu gostaria de propor se a gente não podia aprovar os requerimentos antes da audiência pública.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - No momento, não, Deputada, porque nós estamos sem *quorum* para deliberação.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, nós vamos passar para a audiência pública. Tão logo se estabeleça o *quorum* nesta reunião, nós apreciaremos os requerimentos, sem nenhum prejuízo, enfim, da discussão acerca deles.

Então, gostaria de chamar para compor a Mesa a Sra. Karina Figueiredo, que é Secretária-Executiva do Comitê de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que está aqui em função do Requerimento nº 56, aprovado por esta Comissão. É um prazer tê-la aqui.

Nós estivemos, a semana passada, no Rio Grande do Norte, na cidade de Natal, onde fizemos uma série de diligências. Estivemos analisando a qualidade dos equipamentos de atendimento ou de responsabilização, como a delegacia, o instituto de pesquisas científicas da Polícia. Tivemos também uma audiência pública extremamente rica com vários atores da sociedade civil do próprio Estado e uma reunião com a Governadora, em que entregamos a pauta que sintetizava as conclusões da audiência pública que foi realizada.

Então, eu diria que os equipamentos de responsabilização são extremamente precários. Ali temos uma delegacia especializada em proteção das crianças e adolescentes para 167 Municípios e um instituto que tem muita morosidade, por deficiência de pessoal — pelo seu estado de precarização, tem muita morosidade com relação à elaboração de laudos. Portanto, nós temos uma estrutura precária do ponto de vista de responsabilização.

Como nós já discutimos anteriormente, nós temos algumas preocupações: a preocupação na elaboração de políticas de prevenção, mas, fundamentalmente, também, a de sair um pouco da concentração da necessidade de denúncia, que nos parece que é uma pauta ainda vigente, uma agenda ainda necessária. Mas nós



temos uma consolidação do Disque 100, o que nos enche de alegria, mas é uma agenda que precisa ser agregada a outras agendas. Uma delas é sobre a responsabilização. Nós estamos trabalhando na perspectiva de que haja a responsabilização dos agressores e que nós possamos também ter um nível de atendimento que exija equipamentos públicos de qualidade, um nível de atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas da exploração sexual ou de todas as formas de violência sexual. Portanto, temos a compreensão.

Nesse sentido é que é muito bom escutar a Sra. Karina Figueiredo, com toda a experiência que tem de coordenar o Comitê de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, porque nós precisamos avançar no atendimento, avançar na responsabilização e também trabalhar com os focos já definidos por esta CPI no que diz respeito aos grandes eventos, às grandes obras e também às fronteiras.

Quero informar aos Parlamentares e às Parlamentares que nós estaremos, na próxima quinta-feira, ainda esta semana, realizando uma diligência na cidade de João Pessoa, na Paraíba, onde nós realizaremos uma audiência pública. Estamos solicitando também uma audiência com o Governador do Estado, para que nós possamos... porque é importante colher as opiniões, elaborar o nosso diagnóstico.

E nós temos... Os diagnósticos são fundamentais. Os diagnósticos não são só quantitativos, são diagnósticos de como estão os planos, se existem os planos, como estão os planos, como está o diálogo entre as diversas Secretarias ou as diversas políticas, porque a intersectorialidade é absolutamente fundamental, para que nós possamos ver em que nível o Estado está com as suas estruturas para poder fazer a responsabilização e também elaborar o atendimento das pessoas para além das políticas de prevenção. Então, nós estamos elaborando diagnósticos. Eu acho que foi muito rica a nossa ida a Natal, porque tivemos a oportunidade de ter um panorama bastante concreto, bastante volumoso, inclusive, da situação daquela Unidade da Federação.

Quero dizer que nós estaremos na Câmara Municipal de João Pessoa, às 9h, na sexta-feira desta semana em curso, onde teremos a oportunidade de escutar o Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho; o Juiz de Direito e Coordenador da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital; a Juíza da 2ª Vara



da Juventude; o Juiz da VIJ, também; o Promotor de Justiça; o Superintendente Regional da Polícia Federal; o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal; a Vice-Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal; e a Promotora e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente do Ministério Público da Paraíba. Para além disso, também estaremos escutando o representante do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente; o Coordenador do Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente em João Pessoa; o Presidente do Conselho Tutelar da Região Norte; o Presidente do Conselho Tutelar da Região Sul; o Presidente do Conselho Tutelar da Região Sudeste; o Presidente do Conselho Tutelar de Mangabeira; o Presidente do Conselho Tutelar da Região da Praia; e o Presidente do Conselho Tutelar de Guarabira.

Estaremos, portanto, a partir de um requerimento do Deputado Luiz Couto, fazendo todas essas escutas para elaborarmos o nosso diagnóstico. A perspectiva é de que estejamos, na sexta-feira, o dia inteiro, a manhã e a tarde, em audiências públicas.

Estamos solicitando, Francisco, uma audiência com o Governador do Estado, para que possamos levar a ele as conclusões das audiências públicas, as angústias e as alegrias, que esperamos que superem as angústias e as tristezas.

Portanto, vamos dar início à nossa audiência pública com a Sra. Karina Figueiredo. Nós vamos disponibilizar o tempo de 15 minutos e, depois disso, passamos a palavra para a Relatora, para os Deputados que quiserem fazer uso da palavra. Continuaremos, portanto, com a nossa audiência pública.

Portanto, passo, neste momento — agradecendo mais uma vez a disponibilidade, dizendo que é uma honra tê-la aqui, pela história de luta, pelo compromisso que tem na defesa das nossas crianças e adolescentes, com um recorte muito especial às crianças e adolescentes que são vítimas de exploração sexual —, a palavra à Sra. Karina Figueiredo, que é Secretária-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

A SRA. KARINA FIGUEIREDO - Boa tarde a todas e a todos.



Agradeço o convite para estar aqui hoje trazendo um pouco das preocupações que o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual vem discutindo nos últimos anos.

O nosso trabalho tem sido... Nós existimos há 12 anos, e o nosso trabalho tem sido o de monitorar a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual no País e acompanhar um pouco, trazer algumas pautas no que se refere à violência sexual contra a criança e adolescente para a agenda pública. Buscamos também mobilizar a sociedade civil para que a gente possa, conjuntamente com o Governo, enfrentar essa violência, que é uma das mais perversas que nossas crianças e adolescentes vivenciam.

Uma questão importante que eu gostaria de ressaltar aqui é que nós avaliamos que temos um grande avanço no nosso País, nos últimos anos, sobretudo a parte do trabalho feito pela CPI, de 2004, que conseguiu que a gente alterasse a legislação do nosso País, porque um grande problema que a gente tinha anteriormente era a nossa legislação, que contribuía em muito para a impunidade. Então, era o maior desafio que a gente tinha, claro, somado a toda a fragilidade da tão chamada rede que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleceu para garantir a proteção à criança e ao adolescente, que a gente sabe que ainda é bem desafiador. Mas a nossa legislação era extremamente complexa, era uma legislação machista, cheia de problemas, que contribuiu em muito para a impunidade.

A partir da mudança da legislação, em 2009, fruto do trabalho da CPMI, nós tivemos um avanço significativo. Porém, o que temos observado, fazendo o nosso trabalho de monitorar esse enfrentamento à violência sexual no País? Um dos grandes problemas que a gente tem tido hoje é a própria aplicação da legislação. A gente ainda encontra, e nós fazemos esse acompanhamento diariamente... Aí, eu queria até trazer para vocês alguns casos que a gente acompanhou do segundo semestre para cá, de 2011. São alguns casos em que a gente percebe que há ainda uma resistência por parte do Poder Judiciário em cumprir essa legislação, sobretudo no que se refere ao estupro de vulneráveis. A gente percebe ainda uma grande responsabilização de meninas e meninos, sobretudo meninas, pela condição de sofrer aquela violência sexual, muito pautado ainda na questão de que a menina não era virgem ou de que a menina consentiu aquela violência. Então, esse é um dos



desafios que a gente percebe muito, é recorrente, e que a gente tem acompanhado no nosso País.

A gente teve recentemente um caso no Rio Grande do Sul, onde um homem foi absorvido, acusado de estuprar uma adolescente de 12 anos, de explorá-la sexualmente em função disso. Quanto à decisão, o Ministério Público recorreu, mas, chegando no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul — esse foi no Município de Quaraí —, os Desembargadores entenderam que um adulto manter relação com uma menina de 12 anos não configura crime. Desde que ela consentiu ou que ela não era mais virgem, isso não é crime. Então, temos esse problema sério.

Um outro caso que também aconteceu foi no Rio Grande do Norte, onde a CPI esteve recentemente. Em 26 de maio também do ano passado, o Tribunal de Justiça do Estado absorveu um caso, também nesses termos, de um estupro de uma menina de 13 anos. Em agosto do ano passado, em São Paulo, também houve o mesmo procedimento no caso de um adolescente de 14 anos.

Em todos esses casos — aqui eu só estou trazendo alguns casos, mas a gente tem inúmeros que pode elencar e que a gente acompanha —, em todos esses casos, o que a gente percebeu: que houve, então, uma dificuldade aí de garantir que o que está previsto na legislação, na Lei nº 2.015, de 2009, que é a questão de estupro de vulnerável, seja cumprido. Então é bem complicado, isso é um desafio que a gente percebe.

Esses casos remetem a quê? A outro desafio que a gente tem muito presente na sociedade, hoje, que é a perspectiva sexista, machista, homofóbica, adultocêntrica, que permeia o Judiciário, que permeia as redes de proteção à criança e ao adolescente. Então, a gente continua vivenciando, em nosso País, apesar de todos os avanços, a responsabilização da mulher, ainda, pelo ato, pelo fato de ser explorada sexualmente ou de ser abusada sexualmente.

Então, quer dizer, se há consentimento, pode; se a menina estava ali, pode. Então, é bem complicado. E o que a gente percebe? Que a condição de violação de direitos que faz parte da trajetória dessas meninas, das suas famílias, isso é colocado de lado, porque uma menina que chega num contexto desse vem de uma história — e os dados nos mostram isso também — de violação de direitos, em que a escola falhou, a saúde falhou, a política de assistência social falhou, a família, que



deveria ter tido essa proteção, que está prevista na Constituição, não teve. Então, o Estado falhou de uma maneira geral, e acaba responsabilizando a criança e a família por aquela condição.

E aí a gente vê a necessidade de trabalhar junto ao CNJ. A gente vem buscando fazer esse diálogo com o CNJ para que a gente possa ter aí um processo de sensibilização dos juízes, que a gente também possa priorizar a apuração de crimes contra crianças e adolescentes.

Outro problema que a gente tem em nosso País é que para esses crimes, tanto os de exploração quanto os de abusos, não existem, são muito poucas, as varas — se não me engano, são quatro ou cinco varas especializadas no nosso País — para julgar esses crimes. Inclusive, a Bahia é precursora nisso. Lá, a gente tem duas varas, que são varas específicas para julgar crimes contra crianças e adolescente. A gente não as tem. Então, esses crimes vão para as varas comuns, lá ficam por muito tempo, e a gente não consegue ter uma agilidade nesse processo, que é outro problema muito forte.

Nós fizemos um estudo, e aí eu até gostaria de sugerir aqui para a Comissão que convidasse os dois estudiosos que trabalharam conosco, que foi o Renato Roseno e o Fernando Luz, que produziram um estudo a partir de 70 casos desta CPMI, de 2003 e 2004, acompanhando o desdobramento delas. São casos que a gente considerou como emblemáticos. E o que a gente pôde perceber — eu não tenho propriedade aqui para entrar nos detalhes do estudo, era importante que eles mesmos apresentassem —, uma questão primordial que a gente percebeu é o desafio de garantir proteção à vítima.

Então, houve toda uma mobilização. Há casos emblemáticos, como o caso da cidade de Goiás, casos que envolviam autoridades, Vereadores, Prefeitos, que mobilizaram toda a sociedade local, o poder público. Mas o que a gente observou no desdobramento desse processo? Que a vítima, a menina, na sua grande maioria, e alguns meninos também ficaram sem proteção: foram expostos, foram revitimizados, tiveram que falar em vários momentos. E nada foi feito. Ou seja, no âmbito das políticas sociais, sobretudo no âmbito das políticas públicas, a gente não ouve uma resposta do Estado em garantir proteção a essas vítimas e a suas famílias. Então,



isso foi muito ruim, a gente percebe como causou inclusive outros danos a essas meninas.

O que a gente percebe também é que há uma grande fragilidade das políticas públicas do nosso País no que se refere a garantir atendimento às vítimas de violência. Você vai lá, faz uma denúncia, sensibiliza a sociedade a denunciar, e daí para a frente o que acontece com essa denúncia, o desdobramento dela tanto para responsabilizar o agressor, quem cometeu o crime ali, quem explorou, e para proteger a vítima, fica muito complicado a gente conseguir que isso se materialize num tempo que seja o tempo real daquela realidade que está sendo vivenciada ali. Então, a gente percebe que quando acontece o processo de responsabilização já se passaram dois, três anos. Quando a menina consegue uma vaga para ser atendida na saúde ou na assistência social, já se passaram um ou dois anos que ela sofreu a violência. E nesse tempo ela fica ali sofrendo as consequências de todo esse processo. O que a gente tem também de problema sério em nosso País? O contingenciamento inclusive de recursos voltados para o enfrentamento da violência sexual contra a criança e adolescente. Todo ano há um contingenciamento no Orçamento, e aí fica complicado também você trabalhar sem que os recursos cheguem de fato aos Municípios.

Outra questão importante que nós pontuamos também, que eu toquei um pouco no assunto, é esse atendimento especializado a essas meninas que são vítimas. A gente não tem hoje, no âmbito das políticas sociais, nem da saúde nem da assistência social, um serviço especializado para atender essas vítimas. A gente tem um programa de prevenção a acidentes e violências no âmbito da saúde, mas ele é extremamente amplo, ele não consegue ser um serviço especializado. Por que, gente? Você pega uma menina que está em contexto de exploração sexual, na rua, que muitas vezes é dependente química, e aí você pega, há uma abordagem para tirar essa menina daquela situação. Ela vai para onde? Você não tem casa de acolhimento que acolha essa menina, até porque as instituições de acolhimentos tradicionais em nosso País não aceitam esse perfil, uma grande parte dela. Ou essa menina não fica, porque a instituição não dá conta de trabalhar essa realidade. Ela está acostumada a fazer o acolhimento daquela criança e adolescente que está num processo de uma suspensão de poder familiar, da família, ou então vai para adoção,



infratora. Agora, essa menina ou esse menino, principalmente esse menino que é travesti, transexual, ainda é muito mais complexo. Quando você encontra um menino nesse contexto de exploração sexual, é muito mais desafiador ainda você conseguir uma instituição que acolha e que faça esse atendimento. Isso a gente tem vivenciado, tem trabalhado muito e percebe que há inclusive resistência de as instituições em receber, dos profissionais... Então, os adolescentes LGBTs sofrem dupla violência. Isso é muito complexo. Por quê? O que a gente percebe? É que há todo um processo de sensibilização, de tentar buscar, é o que a gente chama de busca ativa, chegar até esses meninas e meninas. Mas quando você consegue criar minimamente um vínculo e vislumbrar com eles uma outra possibilidade, eles pensarem num outro projeto de vida que não aquele ali que eles acham que é único, a única possibilidade que têm, você encontra uma enorme barreira, porque as políticas sociais não estão preparadas para receber esse público.

Uma outra preocupação também que a gente tem: nós estamos acompanhando alguns casos, sobretudo na região de Porto Velho e também do Pará onde a gente tem vivenciado obras de desenvolvimento.

No caso da região de Porto Velho, de Rondônia, a gente tem duas hidrelétricas sendo construídas lá no complexo do Rio Madeira, e nós estivemos lá por duas vezes, acompanhando de perto, ouvindo o relato da rede local, da comunidade, e visitando *in loco* aquela região. E o que a gente percebeu? Uma situação extremamente caótica, onde você tem: as ruas todas foram tomadas por bares, Esses bares se transformaram em pequenos bordéis, onde você já tem ali na entrada dos bares o valor dos quartos para serem alugados, um grande número de adolescentes nas ruas, nos bares, consumindo bebida alcoólica. Sobretudo, nós visitamos, num domingo, à tarde, que é o maior dia de folga dos trabalhadores. E percebemos claramente isso que o pessoal chama até de “bordel a céu aberto” aquela situação toda. O que mais nos chamou a atenção? Aquela região recebeu 22 mil trabalhadores, e não houve nenhum investimento do Estado no sentido de fortalecer os serviços das políticas públicas naquela região, antes de a obra chegar. Lá não havia um CRAS, lá não tinha um CREAS, lá não tinha uma estrutura da política de saúde, lá não tinha um conselho tutelar. Por quê? Eles ficavam na capital, Porto Velho, aproximadamente 100 quilômetros. Lá, não tinha.



Uma questão também muito forte percebemos ali: o tráfico de meninas que iam da Bolívia para lá, inclusive tráfico interno: meninas do Pará, do Nordeste, do Piauí. Havia um grande número de meninas ali que foram atraídas por essa possibilidade de trabalho, de melhoria de vida. E é tudo muito naturalizado. Pudemos observar que houve um aumento de 200% dos casos de estupros confirmados, houve aumento de gravidez na adolescência, houve aumento de homicídio, tudo confirmado. Eram estatísticas oficiais dos órgãos da Segurança Pública, da Secretaria de Saúde e não houve nenhum investimento por parte do Estado, no sentido de ver de que forma se enfrentaria isso. O que mais nos chamou a atenção é que, ao conversar com a comunidade local, e até com algumas autoridades, a fala foi a seguinte: *“Bem, as mães que segurem suas filhas. Se elas estão lá é porque a mãe não segurou.”* Ou então, *“a gente não pode fazer nada. Os homens estão aí mesmo, e eles têm que extravasar, eles têm que...”* E assim: *“Ela consentiu. Ela está lá porque quis, ninguém foi lá obrigá-la.”* Então, é tudo muito naturalizado; a culpabilização é muito presente. Isso nos preocupa muito.

A gente vem buscando trabalhar. Fizemos um documento que nós chamamos de Carta de Porto Velho e o entregamos para a Ministra dos Direitos Humanos. Agora, no dia 18 de maio, que é o dia nacional de enfrentamento a esse tipo de violência e o entregamos ao Governador.

Fizemos novamente um documento, em que pontuamos os impactos que essas grandes obras de desenvolvimento têm tido na vida de crianças e adolescentes. Lá aumentou também o número de crianças e adolescentes trabalhando. São várias situações. O que nos chama a atenção é que são poucas pessoas — no contexto daquela comunidade, sobretudo quem trabalha na luta por direitos humanos. O pessoal das organizações de lá, do MAB, de algumas organizações que lutam por direitos daquelas comunidades é que se sensibiliza com essa situação. Os demais a naturalizam, até porque na história dessas comunidades isso é muito comum. Eles já viveram outros ciclos anteriores: o da borracha, o da madeira. E é natural haver ter isso. Eles chamam “as safrinhas”: são os filhos da borracha, os filhos da madeira. Aquilo é muito naturalizado e a gente percebe que é uma dupla violação de direitos: tanto com aquela menina que estava em contexto de exploração sexual, que engravida e que tem um filho, que vai crescer também sem o



pai. É assim: um conjunto de violações de direitos que são totalmente naturalizadas, às custas do progresso, do desenvolvimento.

Então é assim: *“O importante é o País crescer, se desenvolver, tornar-se a quinta economia do mundo.”* Bem, é isso, vamos nos desenvolver, mas e aí? E os direitos humanos nesse processo? E os direitos daquela comunidade? E os direitos da criança e do adolescente que estão ali? E o custo disso? *“Isso é o que se tem que pagar, para que haja desenvolvimento”*: é um pouco das falas que a gente escutou lá e em outros lugares também.

A própria Copa do Mundo também nos preocupa. Nós temos reunidas as redes nacionais que lutam por direitos de crianças e adolescentes, juntamente com a UNICEF, para que a gente possa discutir algumas estratégias, porque nós já ficamos sabendo que estão sendo vendidos alguns pacotes para a Copa incluindo exploração sexual, incluindo serviço sexual de meninas e mulheres. Em função disso, a gente tem também buscado pensar algumas estratégias para essas cidades que vão sediar a Copa, sobretudo no que se refere aos investimentos que o Governo vai fazer. Além das obras em preparação para a Copa, que investimentos sociais estão sendo feitos para fortalecer aquela rede local, no sentido de acompanhar um pouco essas situações, para que não haja violência, sobretudo exploração sexual de meninas e meninos? É uma preocupação que temos tido.

Nós também estamos tentando chegar um pouco a esse universo do futebol, porque a gente acha que precisa haver um diálogo também — por meio de uma sensibilização — com esse universo, para se tentar trabalhar um pouco esse contexto.

O que percebemos? Até dissemos isto uma vez para a Deputada Erika Kokay: seria importante que esta CPI pudesse ir a esses locais, que pudesse acompanhar, um pouco, sobretudo essas regiões onde esses impactos já estão postos. As duas regiões que temos acompanhado muito de perto são a região de Rondônia e a região de Altamira, onde já tivemos também uma articulação. Embora a obra lá não tenha começado, já há um contingente populacional grande aguardando a possibilidade de trabalho. Nesse sentido, também já houve um aumento dos casos de exploração sexual, já registrados oficialmente. Então, eu acho que é interessante.



Essas são um pouco das preocupações que temos discutido nacionalmente dentro da rede. Acho que era basicamente isso. Se houver alguma questão, depois eu posso complementar, em cima de algum questionamento.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Dra. Karina, agradeço a sua participação nesta CPI.

Antes de passar a palavra à Relatora, para que faça os questionamentos, quero fazer somente alguns comentários.

Primeiro, você tratou da questão dos filhos da borracha e da naturalização que vai acontecendo em relação a essas violações de direitos. A incapacidade de perceber isso como violação se repete todos os anos no carnaval. Os filhos do carnaval, as meninas e adolescentes que engravidam depois de cada carnaval, são sempre tratados assim: *“Ah, são os filhos do carnaval!”*, inclusive com matérias nos jornais naturalizando isso. Os casos das adolescentes — e meninas mesmo — que engravidam por conta da exploração sexual são atrelados ao turismo sexual. Esse é um ponto.

Há essa questão delicada dos adolescentes LGBTQTS, e aí vou especificar principalmente o caso dos adolescentes que têm uma identidade de gênero feminina e que estão adotando essa identidade de gênero: a vulnerabilidade é um tabu aqui nesta Casa. Propusemos um seminário, que aconteceu, para tratar desta questão e foi um problema, porque as pessoas não querem reconhecer a existência desses sujeitos. É como se eles não existissem. Como você falou, a dupla violação que acontece em relação a essa população é séria e precisa ser enfrentada. Mais uma vez agradeço.

Espero que possamos cumprir, nesta CPI, a sua sugestão. Temos tentado ir, em diligências, a esses locais, mas nem sempre os membros da CPI podem. Temos que nos dividir em muitas atividades aqui. Os membros da CPI, em geral, estão articulados com outros enfrentamentos que dizem respeito aos direitos humanos. Na medida do possível, temos conseguido, não é, Deputada Liliam Sá?

Então, eu passo a palavra agora para a nossa Relatora, Deputada Liliam Sá.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quero agradecer à Sra. Karina por estar aqui nesta tarde e ter explanado assim, com tanta clareza, esse assunto tão importante para todos nós.

Quero dizer que, além de Rondônia e Altamira, está com esse problema gravíssimo também o Piauí. Hoje eu recebi uma denúncia gravíssima do Piauí: as meninas estão sendo exploradas sexualmente até pela compra de um celular. É muito grave a fome e a miséria que vivem aquelas crianças no Piauí.

Também recebi outra denúncia, Deputado Jean Wyllys, a de que existia aqui em Brasília uma creche cheia de crianças do Piauí. Em Brasília! Essas crianças foram denunciadas, aí essa pessoa conseguiu levar as crianças de volta para o Piauí e abriu lá uma fazenda, na qual estão cuidando dessas crianças, que vivem numa situação de extrema pobreza. Isso é uma coisa que nós daqui da CPI vamos acompanhar. Amanhã eu vou estar com esse grupo.

Isso aí é uma coisa que nós daqui da CPI vamos acompanhar. Amanhã eu vou estar com esse grupo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Como é que elas vieram parar aqui?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É isso que nós vamos querer saber: amanhã eu vou estar com esse grupo para saber como essas crianças vieram parar aqui em Brasília, nessa creche. Elas estavam até recebendo maus tratos nessa creche. Então, isso é complicado, porque da creche elas saíam para a adoção ilegal, para a exploração sexual, para a pedofilia e para outras coisas mais. A creche foi fechada, devido à denúncia dessa pessoa.

A situação das nossas crianças em todo o País, que vivem numa situação de miséria, é uma coisa que nos deixa escandalizados. Como você disse, é uma das violências mais perversas que nós temos que encarar.

Nós estivemos em Natal, cobramos das autoridades. Estivemos no Ministério Público em Natal, fomos recebidos pelo Promotor. Ele estava falando que, quando você combate uma rede, ela se reorganiza em outro local. Fica muito difícil ir atrás dessa rede, se você não tem pessoas especializadas, uma polícia preparada para acompanhar a dinâmica dessa rede, porque eles são muito dinâmicos. Eles não



usam mais celulares e estão cada vez mais, na Internet, usando meios diferentes de se comunicarem. Então, fica muito difícil.

Nós cobramos da Governadora Rosalba um compromisso de enfrentamento à exploração, ao abuso sexual de crianças e adolescentes. E ficamos até meio passados, porque ela virou e falou que nós deveríamos ir aos Municípios. Quem tem que ir é ela, que é Governadora, chamar os Prefeitos e cobrar deles uma postura em relação a esse enfrentamento, as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes!

Na sexta-feira, nós estaremos em João Pessoa. Vamos visitar cada Estado e vamos cobrar dessas autoridades.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas a você, a respeito do que você falou. Você falou sobre o Orçamento. O que fazer para evitar o contingenciamento, no Orçamento, para os municípios?

Você falou também que os adolescentes LGBTs sofrem dupla violência. Como fazer para que as políticas sociais se preparem para receber esse público? Você falou que não há políticas públicas para receber esse tipo de adolescentes e que eles sofrem uma dupla discriminação.

E o impacto das grandes obras? Nós sabemos que haverá a Copa do Mundo e a Copa das Confederações, as grandes obras. Você falou que existem vários bordéis na área de Rondônia, 22 mil trabalhadores, e o Governo não forneceu nenhum tipo de política para fortalecer o trabalho a ser feito nesses locais. O que pode ser feito? O que o comitê pode fazer?

Eu gostaria de saber também — você pode ir anotando as perguntas, depois responde de uma vez só — quantos comitês de enfrentamento existem no País, qual a principal finalidade dos comitês, para onde são encaminhadas as crianças e se há um acompanhamento desses casos e em que local. O que é mais difícil? Qual é a dificuldade que o comitê encontra nesse trabalho? Você tinha dito que o mais difícil que vocês encontram é a questão do acompanhamento — não é isso? — no tempo real. Se não me engano, foi isto que você falou que acontece, para proteger a vítima no tempo real: há uma fragilidade nas denúncias.

Eu gostaria que você respondesse a essas perguntas, por gentileza.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Quero só lembrar às pessoas que a Karina Figueiredo é Secretária Executiva do Comitê de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Um outro aspecto, Deputada Liliam Sá, que a Karina trouxe aqui é o discurso de responsabilização da vítima que não está só na sociedade, mas está no próprio Estado; o próprio Estado se desobrigando de suas responsabilidades para responsabilizar as vítimas.

É importante lembrar que a exploração sexual de crianças e adolescentes está ligada a outros problemas que também não são enfrentados de maneira correta pelo Estado, como a violência doméstica, por exemplo, que abate sempre a mulher, em casa e leva as crianças a saírem de casa, a fugirem de casa e, portanto, a permanecerem vulneráveis.

A questão da homofobia, que é algo que a gente tem que tratar, que também leva muitas crianças e adolescentes, por conta da opressão que vivem no ambiente de casa, do acolhimento que não têm na escola, a fugirem de casa e, portanto, a ficarem vulneráveis a essas redes de exploração sexual que se rearticulam, como V.Exa. mesmo colocou.

Então, eu acho que essa ausência do Estado, apontada pela Deputada, é algo para a gente debater bastante aqui e nós, como parte deste Estado também, como um dos Poderes deste Estado, temos de refletir bastante sobre isso.

A Deputada Dalva Figueiredo gostaria de fazer alguma pergunta ou algum comentário, Deputada? *(Pausa.)* Porque o Estado do qual V.Exa. vem — e representa — é um Estado com muitos problemas nesse sentido.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Tudo bem. E o Deputado Ronaldo gostaria de fazer alguma colocação, alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO RONALDO NOGUEIRA - Quero cumprimentar o Deputado Jean e, no seu nome, ele que está presidindo a Mesa — agora chegou a nossa Presidenta —, em nome da nossa Presidenta, cumprimento os demais integrantes da Mesa. Quero dizer que compartilho das iniciativas desta Comissão Parlamentar de Inquérito porque o Estado não pode fazer de conta que este grave problema de exploração sexual de crianças e adolescentes não existe.



Além de nós defendermos a punição, nos termos da lei, do agressor contra a criança e contra o adolescente, qualquer espécie de agressão, também a omissão do Estado precisa ser responsabilizada porque, se o cidadão está inserido no Estado, e esse cidadão, principalmente o cidadão na sua inocência, o cidadão indefeso, como é o caso da criança e do adolescente, tendo garantias constitucionais para a sua segurança e, no entanto, se tornando vulnerável para esse tipo de violência que é escancarado. Então, sem dúvida nenhuma, eu penso que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, pode se tornar uma ferramenta motivadora, promotora de responsabilização também pelos agentes públicos que permitem que esse quadro de exploração sexual contra as crianças e os adolescentes perdure.

Se a criança na escola, ela é vítima de exploração e de violência, quem é que responde por essa escola? Quem é que detém a responsabilidade dessa escola? A quem o diretor da escola deve se reportar? E assim por diante. Eu penso que é um momento oportuno para que nós possamos passar a régua de uma forma linear para que as nossas crianças não perdem numa situação vulnerável, pois todos nós ficamos revoltados com os depoimentos que ouvimos.

Seria essa a minha contribuição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Algum Deputado ou Deputada ainda quer fazer uso da palavra? (*Pausa.*) Ótimo.

Então, nós vamos passar para a Sra. Karina Figueiredo para que ela possa responder às perguntas que lhe forem feitas e, em seguida, passamos a palavra à Deputada Dalva Figueiredo.

A SRA. KARINA FIGUEIREDO - Diante das considerações feitas pelos Srs. Parlamentares, pela Relatora, uma das questões feitas: o que o Comitê tem feito? Quantos Comitês existem pelo Brasil? O Comitê é uma rede da sociedade civil, de organizações da sociedade civil que está presente em todos os Estados, alguns de forma mais fragilizada, outros de forma mais atuante. O papel do Comitê é mobilizar, articular localmente aquela rede, para que se possa pensar conjuntamente estratégias para enfrentar a violência sexual contra a criança e o adolescente, sobretudo para que se cumpra o Plano de Enfrentamento à Violência Sexual. Então, o Comitê existe para isso e ele tem representação em todos os Estados brasileiros.



Uma questão colocada também: para onde são encaminhadas essas crianças que sofrem violência e como é feito o acompanhamento? Geralmente, como acontece? É feita uma denúncia. Essa denúncia, em tese, deve ser comunicada ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público e também, no caso de violência sexual, como é crime, vai para a delegacia ser apurado, ver a necessidade de se instaurar um inquérito lá. O Conselho Tutelar, imediatamente após fazer a visita ou ter tido contato com a situação, encaminha aquela criança e sua família — isso é importante dizer porque é feito junto com a família — para que se aplique o que está previsto no ECA, que são as medidas protetivas. Então, aquela família é encaminhada para um atendimento, para um acompanhamento, no âmbito da política de assistência social, da política de saúde, na questão da escola, quando identificado, porque o papel do Conselho é fazer uma espécie de uma avaliação daquela situação, identificar as vulnerabilidades e encaminhar para a rede de serviços.

O que eu coloquei é que há uma extrema fragilidade no que a gente chama essa rede de serviços, essa rede de proteção. Primeiro porque os serviços não dão conta da demanda. Só o exemplo do Distrito Federal, onde a gente está: só existem sete CREAs, que são Centros de Referência Especializado de Assistência Social, para uma população de 2 milhões e 600 mil habitantes, em regiões de grande vulnerabilidade, onde não existem CREAs. Então, é uma dificuldade. É a mesma coisa na saúde.

Então, o que você percebe? Quando se identificam as inúmeras vulnerabilidades pelas quais aquela família passa e se analisam que serviços ela precisa para restabelecer a sua condição de sujeito de direito, de ter aqueles direitos que foram violados para que eles sejam ressarcidos, você precisa do braço do Estado. E também da sociedade, mas sobretudo do Estado. Mas aí você não encontra e, quando encontra, é de extrema fragilidade.

E aí uma menina que sofreu violência, — era o que eu estava colocando — até que se identifique aquela situação, até que se consiga o atendimento para ela, já se passou 1 ano, 2 anos, para que ela seja atendida no CREA, para que ela seja atendida na saúde. Fora os Municípios, pois, se você pega as regiões, a maioria dos Municípios do nosso País são Municípios de pequeno porte, de 20 mil, 40 mil habitantes, muitos deles não têm essa rede. Então, tem que ir para um outro



Município maior, que é o Município polo daquela região dentro do Estado. E tudo isso é muito dificultoso, esse acesso é bem fragilizado.

Esse acompanhamento a gente busca fazer enquanto Comitê. A gente sempre, no nosso trabalho, acompanha um pouco como anda a rede, quais são as principais dificuldades e busca levar isso para o âmbito do Estado. A gente sabe que é difícil... Temos avanços, se a gente pensar nesses últimos 22 anos, que é o tempo que o ECA vai fazer agora dia 03 de julho? Temos, mas são avanços muito pequenos diante da problemática que o País enfrenta. E o que a gente percebe é que não é priorizado. O que está na Constituição, que criança e adolescente é prioridade absoluta, não acontece. Você não vê isso na destinação orçamentária. Se fosse prioridade, o dinheiro para criança não ia ser contingenciado. Se fosse prioridade, em vez de analisar “vamos fazer uma obra no Município ou vamos construir um CREAS ou vamos ampliar a saúde”, “não, a gente faz a obra”. Então, nesse contexto, é que você vê que não há essa priorização.

E aí, o que a gente tem percebido? O Brasil está sendo cortado de Norte a Sul por obras, obras de energia, de transporte e assim por diante. Se a gente olhar o mapa do PAC II, a gente vê que o Brasil está sendo cortado, e não é só agora, isso vai 20 anos para a frente. A gente vai ter obras no nosso País. E o que a gente percebe? Que, em tese, para se garantir um desenvolvimento no contexto da garantia de direitos, esse desenvolvimento, o investimento deveria ser acompanhado também de um investimento social em proporções dignas de dizer, vamos levar, o Piauí, por exemplo, está sendo cortado de norte a sul com obras. Então, se você está levando essa infraestrutura, está melhorando a qualidade de vida, está gerando riqueza, está tornando o País um país rico, a gente também precisa que isso aconteça nessas mesmas proporções.

A gente percebe que isso ainda não está acontecendo. Então, isso tem contribuído muito mais para gerar outras violações de direitos do que para garantir que aquela comunidade ali tenha uma melhoria na sua qualidade de vida. Então, às vezes até tem, momentaneamente, porque a pessoa começa... o comércio local movimenta mais, então, inicialmente se acredita que o desenvolvimento chegou, que as pessoas estão... — não é, Erika? O aluguel de uma casinha que antes era 200 reais hoje é de 1.200 reais, porque você aluga para o trabalhador da hidroelétrica



que está lá, mas tudo isso é momentâneo. A gente está percebendo agora, na região do Rio Madeira, que agora no final de 2012 mais de 80% dos trabalhadores vão ser dispensados e vão migrar para outras obras no País. E aí, quer dizer, você já vai ter ali uma situação colocada em que se vai, de fato, poder analisar diretamente os impactos que esse processo vai deixar.

Outra questão importante, eu já falei da fragilidade da rede, a questão que o Deputado Jean traz e que eu tinha colocado: o discurso de responsabilização da vítima. Isso é presente. Eu coloquei muito no âmbito do Judiciário, mas é presente também no âmbito do Poder Executivo, em que se conversa com o Prefeito, com o Secretário, até com o Conselheiro Tutelar. Muitas vezes, a gente precisa trabalhar muito esse processo de sensibilização dos conselheiros. Uma coisa importante que eu gostaria de falar aqui, para finalizar, é que o que a gente tem percebido nessa trajetória nossa de acompanhar esse processo é que a história dessas meninas e meninos está vinculada à história das suas famílias. Então, é uma história — eu falei isso e quero repetir —, se a gente não olhar para a família e entender que essa família vem de um contexto de inúmeras vulnerabilidades, que é a violência doméstica, que é a dependência de álcool, que também não conseguiu suporte por parte do Estado para lidar com isso, isso vai sendo reproduzido e vai sendo potencializado, às vezes, em dimensões mais amplas.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Karina, você me permite só um aparte? Permite-me, Sra. Presidenta?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Quando a gente fala, nos nossos discursos, sobre sexismo, o sexismo atravessando as instituições do Estado, da sociedade civil e vitimando as mulheres, parece que não dá a dimensão. Quando a gente fala apenas no discurso, talvez as pessoas achem que é exagero da nossa parte, que isso não existe, que isso é coisa de militante, de pessoas comprometidas com os movimentos sociais. Vou dar só um exemplo que não tem a ver com a exploração sexual de crianças e adolescentes, mas que tem a ver com o fato de que as meninas são responsabilizadas nos casos de exploração sexual.

Foi um caso recente que chegou agora ao júri popular de São Paulo que foi o caso de uma adolescente que levou seis tiros no rosto de um namorado, de um



namoradinho dela, um cara que queria ficar com ela, e ela se recusou a ficar. Ele a sequestra, leva para uma região de Marília, um terreno baldio e dá seis tiros no rosto dessa menina. Essa menina sobrevive a essa tentativa de homicídio, perde um olho, ele vai a julgamento agora. E qual foi o argumento que a defesa usou? Que ela era uma vagabunda, que ela tinha ficado com outros homens e que, por isso, ela merecia aquilo.

Ou seja, é só para as pessoas terem uma ideia do que é esse discurso, de como esse discurso está impregnado nas mentalidades das pessoas, não só da sociedade, mas das pessoas que compõem as instituições do Estado, que é a ideia de que a mulher é culpada ou de que ela tem que ser responsabilizada por exercer a liberdade sobre o seu corpo e a sua liberdade sexual, que é uma liberdade dos homens também.

Então, só para as pessoas terem ideia de como é, no caso de uma menina que vive na rua, por exemplo, que já é vulnerável porque vive na rua, porque já está em situação de rua, que é vítima de exploração sexual ou de violência sexual, a culpa recai sobre ela ainda de maneira muito mais grave.

Só esse aparte. Obrigado, Karina.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Karina. *(Pausa.)*

As questões foram respondidas. Eu passo a palavra para a Deputada Dalva Figueiredo e, em seguida, para a Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO - Obrigada, Presidenta. Eu estive ausente por uns dias por problemas de saúde, vou retomar a minha participação neste trabalho tão importante. Em breve, nós estaremos lá, no meu Estado. Estou me organizando para ir, não na de Natal, mas na do Rio de Janeiro, que é dia 20...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - João Pessoa, agora.

A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO - Eu tenho uma preocupação muito grande com a questão dos Conselhos Tutelares. E eu sempre fico imaginando uma forma de que, nesta CPI também, nós possamos contribuir com algumas propostas.

Durante um certo tempo, a merenda escolar no Brasil foi um problema muito grave, continua ainda. Mas, a partir do momento em que se criou um mecanismo de que não se pode remanejar o recurso da merenda escolar — dentro do FUNDEB



existe todo um universo de recomendações —, nós temos que reconhecer que avançamos bastante.

Eu penso que, com relação às questões de proteção à criança, nós temos que pensar uma alternativa nesse caminho, porque se fica sob a decisão da Prefeitura de passar recursos para dar condição aos Conselhos Tutelares. Se nós criarmos um mecanismo em que os Prefeitos ficarão impedidos de receber determinados recursos — os Prefeitos, não, as Prefeituras —, se não aplicarem um valor ou se não cumprirem, com relação aos Conselhos Tutelares... Estou dando só o exemplo.

Então, eu acho que também, além de ouvir, investigar, no final, nós poderíamos pensar numa proposta nesse sentido. Porque há muito tempo a gente ainda ouve, verifica Prefeitos sendo presos por desvio da merenda escolar. E está lá estabelecido quanto para pagar a funcionário, quanto para investir em qualificação. Há o Conselho lá que fiscaliza a merenda escolar.

Então, eu acho que as coisas só avançam se a gente tem esses instrumentos que garantem a aplicação dos recursos e penalizam aqueles que ou desviam ou que remanejam, que se omitem de alguma forma, ou os que cometem crime. Então, eu queria levantar essa questão, para que a gente possa refletir.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Deputada Erika, na verdade, gostaria de pedir, enfim, a compreensão de vocês. É que eu faço parte da Comissão Especial que está tratando do Plano Nacional de Educação, e nós estamos literalmente nos “finalmentes”. Hoje, provavelmente, nós vamos votar o texto principal do Plano Nacional de Educação, sem prejuízo dos destaques, porque, na verdade, a polêmica continua ainda em torno exatamente da questão do financiamento dos 10% do PIB. Embora o Plano Nacional de Educação, é bom que se diga, o relatório apresentado pelo Deputado Vanhoni traga, sim, um conjunto de iniciativas muito importantes que apontam claramente para o avanço no que diz respeito à questão da educação, inclusive a educação das nossas crianças e adolescentes. Na verdade, existem metas lá muito ousadas, muito ousadas mesmo. Por isso mesmo que a gente está brigando para que o financiamento também seja



ousado e que se coloquem mais recursos. Mas, enfim, por isso que eu não vim no início nem vou poder ficar.

Peço a compreensão de vocês. Saúdo a Karina. Viu Karina, lamento, mas, enfim, é a vida, é a vida nossa parlamentar aqui, porque é um debate de um projeto muito importante.

Mas eu vim também para, de público, aqui dizer quanto foi importante a ida CPI, viu Dalva e Jean, lá a Natal, na semana passada. Agradeço à Deputada Erika e à Deputada Liliam, que ficaram lá na segunda-feira, na terça-feira, enfim, de forma muito generosa, muito dedicada, todas as duas.

Cumpriu o papel a ida da CPI lá, que foi exatamente provocar o debate, trazer o debate mais à tona, dar mais visibilidade. Houve uma grande cobertura da imprensa, viu, Deputada Erika. Ficaram ainda durante vários dias circulando matérias acerca exatamente das atividades, das diligências, pois é, que foram realizadas lá.

Eu soube da audiência que vocês tiveram com a Governadora, já fui inteirada exatamente da audiência. Enfim, também vim para fazer este registro, porque é muito importante que a CPI caminhe pelo País. É uma das tarefas dela também ver *in loco* exatamente como a realidade se apresenta, para que possam fortalecer cada vez mais aqui as nossas decisões, no que diz respeito às medidas que esta CPI deverá apontar frente à temática da exploração de crianças e adolescentes.

Eram esses dois registros que eu fiz questão de vir aqui fazer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Fátima.

Eu acho que nós fizemos, eu penso e eu queria que você pudesse comentar, Karina, que nós avançamos na retirada da invisibilidade. Acho que o lema do movimento, que é o lema do *Quem cala consente, quem denuncia protege*, ele teve uma repercussão na sociedade e ele tem sido digerido e tem sido legitimado pela sociedade. Tanto que nós temos um Disque 100 hoje que precisa se aprimorar. E eu acho que está, há uma preocupação do Governo Federal neste sentido, já estão se organizando para isso, porque não é só a denúncia e encaminhar a denúncia, mas acompanhar a denúncia. Nós precisamos desse nível de acompanhamento.

Então, portanto, nós tiramos da invisibilidade... Então, nós introduzimos uma lógica de que criança é sujeito, é sujeito de direito. E obviamente eu penso,



Deputado Jean, que o DNA da violência e da discriminação é exatamente o mesmo, ele é o mesmo, porque significa desumanizar o outro. A mulher que é vítima de violência doméstica é desumanizada, porque ela não é encarada como uma pessoa, com os direitos que uma pessoa, o ser humano tem. A mesma coisa acontece com a criança e o adolescente que são vítimas de exploração sexual ou de turismo sexual, enfim, são vítimas de violência sexual, são desumanizados. Então, é um processo de desumanização que você cria em uma sociedade que tem uma relação de forças que não é horizontalizada, uma relação de forças verticalizada. Então, você tem pessoas que são subalternizadas com relação a outras pessoas.

Essa é uma lógica “adultocêntrica”. A lógica “adultocêntrica” é desumanizadora, porque ela tira da criança o reconhecimento dela enquanto ser humano.

Então, penso que nós não temos como construir uma sociedade de paz e uma sociedade onde nós não tenhamos medo de que os nossos filhos não voltem para casa, medo das ruas, medo das noites, se não nós não construirmos um processo de reumanização, ou seja, que as pessoas sejam encaradas seres humanos iguais em direitos.

A exploração sexual é uma expressão disso, uma expressão patrimonialista. Por isso que eu penso que a exploração sexual tem, a naturalização da exploração sexual também é um passo para a naturalização da corrupção, para a naturalização do desmando, para a naturalização do autoritarismo, porque nós estamos lidando com alguém que sente ou que age como se fosse proprietário do outro.

Quando você não respeita os direitos sexuais e a fase específica da sexualidade de crianças e adolescentes, você, em verdade, está utilizando as crianças e adolescentes como objeto do seu próprio desejo ou da sua própria sexualidade, desconsiderando neles, na criança e no adolescente, a existência humana. Essa é uma... Por exemplo, naturalizar a exploração sexual é naturalizar toda a sorte de patrimonialismo e desumanização. E penso que essa é uma agenda muito central.

É nesse sentido que nos causou muita estranheza, mas não é um dado só do Rio Grande do Norte, mas no Rio Grande do Norte o Conselho Estadual de Diretos, o Conselho de Direitos Estadual, apontava para a redução de 84% do orçamento.



Esta CPI tem que se dedicar a olhar, a ter o olhar sobre o orçamento. Quando nós vamos para qualquer unidade da Federação, a gente precisa ter esse diagnóstico, como é que o Estado está priorizando. Via de regra, o Estado que tem planos, na Paraíba tem um plano — a Paraíba, não, o Rio Grande do Norte —, o plano foi construído em 2004. Em 2009 se fez a avaliação dele, ele pouco saiu do papel.

Então, você tem muitos lugares onde existem planos, e existem, inclusive, lugares onde existem planos. Muda o Governo, o Governo joga aquele plano e diz: *"Agora eu vou fazer o meu plano"*, como se não houvesse crianças e adolescentes que precisassem de uma posição intersetorial e o reconhecimento da incompletude institucional, para que nós possamos ter uma política pública eficaz.

Então, eu digo que essas idas nossas, nós estamos na Paraíba, nós vamos ao Amapá, penso que a gente vai em seguida, no mesmo voo, provavelmente vamos estar também na região de fronteira, no Amazonas. Nós temos 241 rotas, grande parte delas está no Norte. A fronteira se tornou um espaço de vulnerabilidade. O poder econômico, ou o desenvolvimento econômico, não pode ser elemento de vulnerabilidade. Tem sido! Nós vimos isso em Rondônia, nós vimos isso em Rondônia, no Rio Madeira. Você tem ali 25 mil homens que estão jogados numa única Usina de Jirau. Em Belo Monte, serão mais de 100 mil homens, mais de 100 mil homens jogados ali. E você coloca para a comunidade que aquilo será o desenvolvimento, o eldorado da comunidade, depois fica um rastro de violação de direitos que vão atingir de forma, o rastro atinge ou se expressa de forma muito contundente nas crianças e nos adolescentes.

Então, portanto, eu penso que os diagnósticos são importantes. Nós estamos ainda esperando alguns dados do Rio Grande do Norte, porque nós queremos ver quantas denúncias nós tivemos lá na delegacia, uma delegacia que cuida de 167 Municípios, a Delegacia de Proteção. Ali nós vimos uma menina de 11 anos, com a mãe, fazendo uma denúncia de violência sexual, de uma violência que havia ocorrido havia 2 anos. Era a primeira vez que ela estava ali, que estavam colhendo o depoimento dela. Dois anos depois! Dois anos depois! Essa menina já tem um processo de vitimização, porque não houve uma abordagem. Todos os estudos indicam que a criança que é vítima de violência, quando há uma abordagem multifacetada, de muitos olhares diferenciados, você tem uma condição muito



grande de que ela venha a ressignificar a sua vida e fechar a vivência, fechar um ciclo da vivência da situação de exploração sexual ou de violência sexual.

Então, portanto, é preciso que nós possamos, a partir dos dados que chegam, que me parece extremamente alvissareiro termos tantas denúncias, são mais de 2 mil Municípios que estão denunciando, que denunciaram algum tipo de violência, seja exploração, seja abuso sexual, mas são mais de 2 mil Municípios. Maioria dos Municípios brasileiros têm respondido à necessidade de denunciar, de desnaturalizar e dar visibilidade a esse tipo de violação. Só que isso, por si só, é insuficiente, porque nós precisamos, a discussão que nós queremos fazer é se os CREAs, os CREAs são instrumentos de reparação de direitos, quando as crianças, quando as pessoas em geral têm os seus direitos violados. Agora, eles são instrumentos especializados, e eles não têm especialização, via de regra. Você não tem ali a especialização em exploração sexual, a especialização em maus-tratos de idoso, enfim, de pessoas em situação de drogadição, em situação de rua. É preciso ter realmente a condição de ter um olhar diferenciado, um olhar especializado, para que você possa resgatar e romper a relação e a situação de exploração.

Nós estamos aqui na CPI com o Disque CPI, que é 0800 916 916, em que nós também estamos colhendo as denúncias, colhendo as informações, os dados, enfim. E nós queremos trabalhar nesta perspectiva, na perspectiva de que tenhamos um número de denúncias. Desse número de denúncias, quanto de denúncias de exploração, quantos foram denunciados pelo Ministério Público, quantos se transformaram em inquérito, quantos foram denunciados pelo Ministério Público e quantos foram alvo ou se transformaram em processo judicial e puderam ter a responsabilização devida? Esse trajeto nós precisamos construir, porque nós achamos que há uma precarização na responsabilização, e também no atendimento.

Então, portanto, nos dedicamos a essa leitura de agregar a denúncia, que foi o lema da campanha, repito, *Faça Bonito*. Agora, faça bonito que o Estado responsabilize; faça bonito que o Estado também possa promover um atendimento que vai envolver o atendimento familiar, porque os vínculos estão estremecidos. Um lar onde existem crianças que são vítimas de exploração de violência sexual, é preciso também ter um espaço de fala dessa família para que ela possa também



ressignificar as suas relações e reestruturar os seus próprios vínculos a partir da desnaturalização da violência sexual.

Então, são desafios imensos que estão dados para esta CPI.

Eu vou passar a palavra para a Karina Figueiredo, para que ela possa responder aos questionamentos que foram feitos e também fazer as suas considerações, e nós vamos caminhar para o encerramento desta reunião de audiência pública.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Eu queria reincluir uma pergunta para a Karina. Parabéns, viu?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deputada Keiko, com certeza. Deputada Keiko com a palavra.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Karina Figueiredo, de que maneira o Comitê tem-se articulado para combater e prevenir a prática de exploração sexual durante os grandes eventos que vão acontecer aqui no Brasil, que é o esportivo, na Copa?

A SRA. KARINA FIGUEIREDO - Com relação à questão da Copa, a estratégia que nós utilizamos, tanto Copa, Copa da Confederações, Olimpíadas, Copa do Mundo, nós usamos a estratégia de articular as redes nacionais em defesa dos direitos das crianças. Nós temos o Comitê Nacional, que é focado na questão da violência sexual; temos a ANCED, que é a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Infância; o Fórum DCA; Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil; o EQUIPAT, que é uma organização internacional que trabalha também pela eliminação da exploração sexual, tráfico, turismo, exploração sexual no turismo. E aí a gente tem-se articulado, juntamente com o UNICEF, com o apoio também da OIT. E nós vamos fazer um encontro agora no final de julho, inclusive ouvindo algumas experiências internacionais, experiência da África, que já sediou a Copa.

A gente tem construído algumas estratégias que passam, sobretudo, para... A gente pensa em tirar aí uma agenda mínima de ações que a gente acha que tem que acontecer nessas 12 cidades que vão sediar a Copa e mais as regiões que vão ser, como João Pessoa, mesmo, que vai ser, ali, impactada de certa forma também.

A gente entende que tem que cobrar do Poder Executivo o fortalecimento do sistema de garantia de direito naquele local. O que vai ter? É um Conselho Tutelar



itinerante? Como é que você vai criar? Porque tem toda a história de que vão interromper as aulas durante todo o mês. Imaginem isso impactando a vida de crianças! Nós sabemos que essas crianças não vão ter acesso aos estádios. Sabemos que a Copa não é para todos, então eles não terão acesso. E, aí, você cria ali um outro problema das condições de vulnerabilidade dessas crianças, que vão estar na rua, que vão estar sujeitas às condições de trabalho infantil, e outras vulnerabilidades.

Então, a gente tem discutido muito isso e tem pensado algumas alternativas no que cabe a nós, que somos sociedade civil, de nos mobilizarmos para cobrar do poder público esse processo. E a gente colocou também, eu até falei anteriormente, a necessidade de uma sensibilização da população, sobretudo do universo, do mundo do futebol, para que a gente possa também dialogar com esse universo, no sentido de prevenir algumas situações de violações de direitos. Então a gente pensa... Sabemos que estamos atrasados, mas não temos ainda uma pauta, que a gente deve tirar agora no final de julho neste encontro.

Uma coisa que eu queria colocar, Deputada Erika, dentro do que você colocou, da desumanização da criança e do adolescente, da mulher, de quem vivencia essa situação de violência sexual, e o que a gente percebe nesse contexto que quem vivência exploração sexual, sobretudo meninas e meninos, meninos e meninas LGBT, sobretudo, o que a gente percebe? Que, quando acontece um caso de abuso sexual, há toda uma sensibilização, há uma comoção, inclusive, a mídia. Hoje, basicamente quase todos os dias, você tem um caso de abuso sexual na mídia. Então, há toda uma comoção, há toda uma... Quando é um caso de exploração sexual, primeiro, isso não tem visibilidade e, aí, se reproduz, mais uma vez, a culpabilização, entendeu? Então, é assim: está na exploração sexual, está fazendo programa lá no calçadão, está fazendo porque é sem-vergonha, porque é safado, porque é isso. Então, é um outro problema grave que a gente busca discutir também. E aí entra naquela questão de que você falou e que eu coloquei: que as redes que existem não querem receber, têm uma certa resistência de receber esse público, justamente por entender que ele, quer dizer, está ali porque quer, entendeu? Então, é diferente da criança que foi abusada. Então, é um outro desafio, enorme, que passa até pelo conselheiro tutelar, pelo delegado, pelo promotor, por



quem está lá no CREAS, atendendo, pelo educador que está ali. Então, é um desafio muito grande que a gente tem nesse contexto.

Uma questão importante também, que eu acho que, eu até coloquei antes. Eu sei que vocês vão estar em vários locais, mas eu acho que era importante se a CPI puder passar pelas cidades que vão sediar a Copa, para poder levantar um pouco esse debate, seria bem importante também, Erika. É bem estratégico poder...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. KARINA FIGUEIREDO - Sim. E eu até coloquei aqui que a gente já recebeu informações de que já estão sendo negociados pacotes turísticos para a Copa envolvendo serviço sexual de adolescentes e mulheres. Isso já está pautado. Então, é um grande desafio. Eu coloquei também a importância de visitar alguns desses Estados da região de fronteiras em que há obras também acontecendo, que eu acho que isso é importante. E, assim, eu acho que, a partir das outras questões que foram colocadas, eu já tinha pontuado e coloco o Comitê à disposição também, Deputada, nesses Estados. Como a gente tem o Comitê em todos os Estados do Brasil, nos locais onde a CPI for, que a rede local, através do Comitê local, do fórum local, possa também acompanhar, possa contribuir com esse processo também. Eu sei que, lá em Natal, o pessoal de lá esteve com vocês.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. KARINA FIGUEIREDO - Isso. Eu recebi essa informação. A gente fez essa articulação.

E gostaria também, eu coloquei aqui que foi feito um estudo, pelo Comitê, dos desdobramentos da CPMI que aconteceu aqui em 2004. Dos oitocentos e poucos casos que a CPMI investigou, foram escolhidos 70 casos que foram considerados emblemáticos para ser acompanhado o desdobramento deles. Em 2007, então, a gente fez esse estudo, que foi aprimorado e acabou de sair agora. E, aí, eu gostaria de sugerir que fosse convidado... Eu não tenho propriedade suficiente para falar sobre esse estudo. Acho que quem tem mais propriedade é o Renato Roseno. Eu acho que seria importante que esta CPI convidasse também quem trabalhou em cima desse estudo, para que vocês possam conhecer um pouco mais os desafios postos. E o estudo traz muito essa questão dessa proteção, tanto é que o nome dele é *O Desafio da Proteção quando a Vítima é Criança ou Adolescente*. Então, eu acho



que seria importante ouvir, Erika, essa questão do desdobramento que o estudo traz.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós já temos a intenção de escutar, para que nós possamos ver, depois de 3 anos de conclusão da CPI Mista, quais foram os desdobramentos, tanto do ponto de vista da responsabilização, quanto do ponto de vista do atendimento. É óbvio que é uma amostragem, mas é uma amostragem que possibilita que nós possamos fazer uma série de ilações e tirarmos uma série de conclusões e corrigirmos, ou pontuarmos — não corrigirmos, mas pontuarmos — outros aspectos.

Esta CPI tem aspectos diferenciados, porque nós estamos vendo agora, com as obras do PAC, com a Copa. A questão da região de fronteiras não estava dada nesse nível que está dada hoje, com o nível de denúncias que nos têm chegado. Então, portanto, ela tem realidades diferenciadas que precisam sofrer uma abordagem. E uma coisa que você colocava, que eu acho que é muito interessante que, em todas as audiências públicas que viemos a realizar em todas as unidades da federação que a CPI venha a se instalar, que nós possamos também conversar com as pessoas, com o responsável, com o gestor responsável pela organização da cidade para a Copa. Eu digo isso porque nós precisamos criar, penso eu, a gente tem que criar um protocolo, tem que criar também um protocolo para as grandes obras. As grandes obras precisam de um licenciamento socioambiental, mas o ambiental acaba ofuscando, dominando e engolindo as discussões sociais. Então, você não tem um olhar social num licenciamento prévio ou em licenciamento de instalação, licenciamento que acompanha todo o desenvolvimento da obra, que é socioambiental.

Então, é preciso que a gente estipule protocolos. O Brasil tem passado por um processo de construção de grandes obras para mudança da sua infraestrutura como não se via há décadas na nossa Nação e, portanto, é preciso, nesse contexto de desumanização, de coisificação das pessoas, que nós tenhamos protocolos que tenham que ser seguidos.

Apenas gostaria de lembrar que hoje é o Dia de Combate ao Trabalho Infantil e nós temos na exploração sexual uma das formas mais degradantes. São 89 formas degradantes de trabalho infantil, entre eles a situação de tráfico de drogas,



situação de exploração sexual e as situações de trabalhos em lixos, em lixões, que não têm nenhum *glamour*, não tem nenhum romantismo no trabalho do lixo, ainda que se tente colocar um sentido romanesco no trabalho do lixo, o trabalho no lixo é degradante, é cruel, não há nenhum *glamour* no trabalho nos lixões que envolvem nossas crianças.

Portanto, hoje é o dia de combate a um das formas mais degradantes e eu diria que nós temos essa flexibilização do olhar, inclusive, no STJ. O STJ considerou a pessoa, o autor de um estupro, inocentou-o em função da situação de exploração sexual que as três meninas vivenciavam naquele momento. É uma expressão absolutamente cabal de um poder formal. É uma expressão, não é apenas a construção de uma relação ou de um olhar. É uma posição institucional de uma Corte deste País que inocenta uma pessoa vítima, autor de estupro. Então, existe realmente, é como se... Vejam bem, é também a retirada da condição de criança. Você rouba a infância, porque você coloca como se aquelas meninas em situação de exploração sexual tivessem optado por uma ocupação como uma ocupação...

A prostituição é uma ocupação. Está no Código Brasileiro de Ocupações, mas pressupõem-se que você tenha a condição, a maturidade, e o discernimento que os adultos têm para poder exercer essa ocupação. Criança e adolescente não estabelecem essa relação com o discernimento que tem o adulto, até porque não estão nessa fase da sua sexualidade, do desenvolvimento da sua sexualidade, portanto, são explorados. Quando falamos exploração, estamos falando, inclusive, de ganhos de terceiros, não apenas de vantagens, porque o abuso também pode envolver vantagens. Via de regra, existe uma ascendência afetiva, mas também há o abuso que é em troca de pequenos mimos, de vantagens, de presentes, envolve uma vantagem direta. Mas existe um ganho de terceiros, que são as rotas, que são as...

Nós vimos lá, no Rio Grande do Norte, como também se metamorfoseiam a própria existência da exploração sexual. Então, as meninas já não estão mais nas ruas, nos dizia o Procurador, elas podem ser “achadas” — entre aspas — na Internet e nós não avançamos, do ponto de vista de responsabilização. Não é apenas que são precárias as estruturas para responsabilizar. É também que nós não rompemos uma série de condições que já estão sendo utilizadas em larga escala pelas redes



que se organizam ou as pessoas que lucram e que auferem vantagens, a partir da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Então, um dos pleitos que foi posto lá no Rio Grande do Norte, que foi entregue para a Governadora é de que tivéssemos profissionais, tecnologia de informação no instituto científico de perícia do Estado, porque nós precisamos ter profissionais que possam também “desconstruir” as redes virtuais que se criam e que colocam nossas meninas como se coisas fossem.

Vou passar, então, a palavra para a Karina, para que nós possamos caminhar para a audiência.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Antes de passar, Presidenta, eu preciso me ausentar, porque eu tenho um compromisso agora. Se o Jean Wyllys pudesse ficar aqui para as considerações finais, se precisar anotar alguma coisa... Eu preciso me ausentar.

Quero parabenizá-la mais uma vez. Muito obrigada pela sua contribuição. Sei que você está aí contribuindo com a gente, trabalhando para melhorar este Brasil, que nossas crianças vão ter assim um Brasil melhor para viver.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos também preparar, por sugestão da Karina, um requerimento para analisarmos aqui, vermos os estudos que foram feitos dos desdobramentos da CPI Mista. Então, nós vamos também preparar um requerimento para apreciá-lo na próxima reunião.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Também pedindo... Eu tive denúncias do Piauí. Vamos entrar com um requerimento para ir até o Piauí também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tem um requerimento aqui da Deputada Iracema Portella para ser aprovado também.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Está ótimo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vamos providenciar um requerimento, dois requerimentos, Francisco: um é para que possamos escutar o Renato Roseno, para que possa aqui apresentar os estudos feitos pela ANCED acerca das conclusões, dos desdobramentos da CPI Mista, e o segundo também são diligências e uma audiência pública a ser realizada aqui no Distrito Federal. Vamos fazer esses dois requerimentos.



Vou passar a palavra para a Karina, para que possamos encaminhar para o nosso encerramento.

A SRA. KARINA FIGUEIREDO - Sim, eu também vou trazer só algumas considerações finais, porque eu também vou pedir licença, Deputada e Deputado Jean, porque eu tenho que me ausentar em função de uma banca na universidade agora. Eu sou professora e o meu trabalho está me esperando.

Bom, é uma questão só que a Deputada Erika colocou e que eu gostaria de trazer para esta Casa, em que, eu acho, é preciso investir — a gente tem colocado isso. É a necessidade de rever os marcos regulatórios, a legislação que regulamenta os estudos de impacto socioambiental, porque o que temos percebido é que muito desses impactos que têm acontecido nas obras... Você tem lá o estudo de impacto socioambiental, você tem todas as licenças aprovadas, então, quer dizer, a obra está legalmente instituída, e, quando você vai analisar esses impactos, os impactos ambientais têm uma relevância em detrimento dos impactos sociais. Os impactos sociais não dão conta de dimensionar todas essas questões que envolvem crianças e adolescentes, as famílias, essas questões todas que colocamos aqui da gravidez, da exploração sexual, até da fragilidade no que se refere ao acesso à escola. Lá em Rondônia, a escola construída ficou distante 30 quilômetros para as crianças poderem ter acesso. Então, são várias questões que têm de ser colocadas.

Nesse sentido também, estamos tentando uma conversa. O CONANDA já conseguiu, num primeiro momento, com o BNDES... Porque o que mais nos preocupa também é que essas obras são todas com recursos públicos. E são recursos que a gente precisa pensar de que forma que a gente pode incluir nessas cláusulas desses contratos alguma questão que responsabilize também quem recebe esse dinheiro, para garantir que parte desse dinheiro venha a contribuir com o fortalecimento local ali daquela comunidade, por meio dos serviços no âmbito das políticas públicas. Então, é uma questão que a gente vem também discutindo.

Bom, no mais, é isso. Quero agradecer a oportunidade, parabenizar a CPI pelo trabalho e dizer que nós estamos à disposição, o Comitê, a ANCED, por meio do Renato, do Fernando, do pessoal que trabalhou em cima do estudo, para que a gente possa continuar contribuindo com esse trabalho. (*Palmas.*)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não havendo mais nada a tratar, nós vamos encerrar a presente audiência pública, agradecendo, mais uma vez, à Profa. Karina Figueiredo, que é Secretária-Executiva do Comitê de Enfrentamento da Exploração Sexual, que nos lembra a Neide Castanha, que estará sempre entre nós. Acho que todas as vezes que nós enfrentamos a exploração sexual nós nos lembramos de Neide Castanha, que não está mais entre nós, mas que foi muito importante tanto na constituição da CPI Mista, no auxílio à CPI Mista, quanto em todo o trabalho de enfrentamento da exploração sexual.

Lembro que nós vamos ter uma audiência pública e diligências na cidade de João Pessoa, que acontecerá no próximo dia 15, na sexta-feira, e que nós estaremos convocando para o dia 19, na próxima terça-feira, na Câmara dos Deputados, às 14h30min, uma reunião ordinária desta Comissão, quando nós apreciaremos os requerimentos que não puderam ser apreciados no dia de hoje. Então, em função disso, nós informaremos, em tempo hábil, o local onde se realizará a próxima reunião. E vamos proceder da mesma forma: comunicação é sempre através da rede, da Internet. Sempre que chegar qualquer tipo de documento à CPI, nós os remeteremos aos membros, para que eles possam ter conhecimento e possam, a partir daí, aprofundar ou balizar as suas intervenções e as suas indagações.

Eu agradeço mais uma vez.

A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO - Presidenta, desculpe.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Deputada Dalva Figueiredo, com a palavra.

A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO - Dias 25 e 26 de junho será no Rio de Janeiro? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Nós já temos aqui a realização de audiência pública com a participação do Comitê Nacional e de ONGs para a discussão sobre os desdobramentos dos casos. O que não tem aqui é o convite ao Renato Roseno para que venha, porque seria esta discussão. Mas, assim, especificamente, nós iremos apresentar requerimento — registro a presença do Deputado Mandetta — para que nós possamos aqui trazer o Renato Roseno, para que ele possa fazer a exposição sobre esses desdobramentos. Vamos também



fazer um requerimento para diligências aqui no Distrito Federal e também uma audiência pública aqui no Distrito Federal.

Portanto, não havendo mais nada a tratar nesta reunião de audiência pública, eu declaro-a encerrada, agradecendo mais uma vez à Karina, ao Deputado Jean, à Deputada Dalva, ao Deputado Mandetta e a todos e todas que contribuíram para esta discussão.